

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2020/ 017192
RECORRENTE: ERIVALTER MELO DE ALMEIDA
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - SIT
AUTO DE INFRAÇÃO: P000960651

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

EMENTA: Multa por infração ao Art. 162, VI do CTB – Dirigir veículo sem usar lentes corretoras de visão. Recurso Conhecido e Improvido.

Relatório

Trata-se o presente, de Recurso interposto pelo proprietário legal, em oposição ao rigor do art. 162, VI do CTB, por dirigir veículo sem usar lentes corretoras de visão, na data de **13/02/2020**, conforme auto de infração lavrado na **Rod. BA052 km16(...)** na cidade de ANGUERA.

É o relatório.

Voto

Trata-se o presente, de Recurso interposto pelo proprietário legal, em oposição ao rigor do art. 162, VI do CTB, por dirigir veículo sem usar lentes corretoras de visão, na data de **13/02/2020**, conforme auto de infração lavrado na **Rod. BA052 km16(...)** na cidade de ANGUERA.

Superadas as questões de Ordem Processuais, no que pertine a tempestividade e a capacidade postulatória. Isto posto, verifico que as razões recursais NÃO atendem aos interesses legais do Recorrente, pois o recorrente alega que desconhece o condutor identificado no AIT, porém percebe-se tratar do mesmo, é possível ainda constatar seu nome e CPF, assinalados pelo agente autuador, não fazendo prova do quanto alegado. O Recorrente não fazia uso de lentes corretoras de visão apesar da obrigatoriedade apontada na sua CNH, e alega em sua defesa, INSUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO, não se extraindo daí qualquer matéria de direito que possa ser acolhida nesta instância administrativa. Vale ressaltar que não cabe tal argumento, visto que este Órgão segue as diretrizes da Constituição Federal de 1988 que garante a observância do contraditório e a ampla defesa, salta dos autos que o Órgão Autuador oportunizou ao Recorrente a impugnação do AIT, e ainda a apresentação do recurso a esta JARI, pelo que foram assegurados os meios e recursos administrativos cabíveis, não sendo possível nem supor qualquer possibilidade de inconstitucionalidade por desatendimento do que dispõe o artigo 5º, Inciso LV da Constituição Federal.

Nesta senda, com fundamento no **artigo 5º, LV da CF/1988, e ainda, o artigo 280 do CTB C/C com o artigo 10, § 1º da Resolução 619 do CONTRAN de 06 de setembro de 2016**, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **IMPROVIDO, pelas razões ora expostas, julgando VÁLIDO o Registro do Auto de Infração nº. P000960651 válido**, mantendo a sua exigibilidade.

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **IMPROVIDO**, julgando como inquestionável o Auto de Infração **P000960651** válido, mantendo-se a responsabilidade de **ERIVALTER MELO DE ALMEIDA**, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente cancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 28 de Junho de 2022.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Aldalice Amorim dos Santos - Membro suplente em Exercício / SIT

Regina Helena S. dos Santos - Membro suplente em Exercício - DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Janaína Nunes Nascimento – Secretária Administrativa da JARI